

HISTÓRIA NÃO É SÓ PRA CONTAR: MEMÓRIAS DE LUTA DA COMUNIDADE DE MANGABEIRA

ANSELMO DE OLIVEIRA NUNES
UFPB

Email: anselmo.ht@gmail.com

RESUMO

No presente trabalho pretendo analisar as memórias contidas na obra "Mangabeira: Uma História Viva!", organizado pelo grupo História Viva de Mangabeira, onde 21 autores retratam suas memórias envolvendo as movimentações políticas junto as Associações de Moradores do bairro e seus desdobramentos. Analisaremos o discurso memorialista contidos nos 2 primeiros capítulos do livro focando em 4 eixos principais: as ocupações das casas pelos moradores, a união coletiva que ocasionou a criação da primeira Associação do Bairro, as disputas internas existentes nesse processo e as conquistas que essas movimentações nos primeiros anos do bairro geraram para toda a comunidade da época e nos dias atuais.

Palavras-chave: História; Memória; História local.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido a partir das leituras e inquietações decorrentes da pesquisa de mestrado em andamento intitulada “Memórias dos Moradores de Mangabeira (1983-2003)” vinculado ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba, onde estou realizando entrevistas com os primeiros moradores do bairro, com o objetivo de analisar as memórias dos mesmos para construir uma história do bairro através da perspectiva destes moradores, aliado a uma pesquisa documental em arquivos públicos e pesquisa bibliográfica.

Neste trabalho analisarei os dois primeiros capítulos do livro “Mangabeira: uma história viva!” (2006), contendo vinte e um autores/moradores, que relatam suas experiências como moradores do maior bairro da Paraíba.

A necessidade de se registrar um período bastante fecundo da História paraibana, através dos relatos e da memória dos moradores de mangabeira, no livro supracitado, inspirou a criação deste trabalho. A respeito dessas necessidades, saliento para o fato de existir uma lacuna na produção historiográfica sobre a vida de homens e mulheres dos bairros de João Pessoa.

De qualquer maneira, considero importante tratar este livro de memórias enquanto uma maneira de trazer à tona as vidas de dezenas de milhares de pessoas que, investindo no sonho de uma casa própria, inscreveram-se no programa de habitação popular, na esperança de serem sorteados com uma casa. Portanto, o Grupo História Viva de Mangabeira buscou explicar uma narrativa que tivesse por objetivo descrever os aspectos relacionados à vida dos moradores de mangabeira, bem como seu cotidiano de reuniões com o objetivo de organizar a população do bairro para que, unidos através da Associação de Moradores, lutarem por seus direitos por uma moradia e vida dignas.

Com um discurso memorialista, os autores desenham uma região da cidade de João Pessoa dos anos oitenta aos anos dois mil – corte temporal dos acontecimentos narrados – em suas lembranças como um espaço de recomeço, de luta, de conquistas e também de derrotas, desentendimentos, disputas que encerraram amizades, entre outras situações descritas nos artigos. Um saudosismo que evoca críticas e historiciza os espaços e as pessoas que conviveram durante aqueles tempos, bem como o período de produção do próprio livro, pois “história não é só pra contar” e sim pra ser vivida, como enfatizou “irmã Gê” (moradora/autora) demonstrando uma consciência de que a atuação de cada um, contribuiu e serve de exemplo para o presente, desejando inquietar as pessoas em relação a necessidade de se conscientizarem e agirem politicamente de forma organizada.

Pode-se considerar que a maneira como os autores narraram e construíram uma memória daqueles acontecimentos reporta-se não apenas do objetivo de representar, inventariar escolhas, pessoas, lugares, e sim o de incentivar nas novas gerações de moradores do bairro de mangabeira, a consciência de que é preciso união e organização política para conquistar melhorias para a população.

Em linhas gerais, o livro analisado instigou algumas inquietações que serão apresentadas no decorrer deste pequeno trabalho.

RECAPITULANDO A CAMINHADA

O processo de urbanização brasileiro se caracterizou por grandes loteamentos oficiais destinados a população de maior poder aquisitivo. São exemplos destas iniciativas, na cidade de João Pessoa, os loteamentos financiados e construídos nos períodos entre 1964-1967, de quando a cidade possuía uma configuração mais compacta, voltada para o seu centro histórico, nas proximidades do rio Paraíba, local da chegada dos invasores portugueses no

séc. XVI, com a construção de uma das principais avenidas da cidade, a Epitácio Pessoa, que objetivava criar a ligação entre o centro da cidade e a orla marítima, além de abrir espaço para a construção de casas residenciais para as classes mais abastadas. Apenas com as obras da BR-101 (em direção a Recife) e da BR-230 (em direção a Cabedelo) e com a implantação do Campus Universitário, representaram o início da expansão da cidade em direção ao sul/sudeste.

O contexto de crises generalizadas (econômica, política, social, etc.) vividas pelo Brasil na década de 1980, como muitos classificam de “década perdida”, também foi um período muito profícuo politicamente. As aberturas políticas desencadeada pelo desgaste do regime civil-militar ainda vigente acarretaram na re-organização e mobilização das camadas populares, fortalecendo os sindicatos existentes, como os Metalúrgicos do ABC, liderados por Luís Inácio da Silva, o Lula, e posteriormente as criações do Partido dos Trabalhadores e do PMDB, por exemplo. Havia um grande clima de politização e por lutas por direitos entre as classes menos abastadas da população brasileira de uma forma geral, e em João Pessoa não era diferente.

Contando com cerca de 76 mil habitantes o Conjunto Habitacional Tarcísio de Miranda Burity, conhecido popularmente como bairro de Mangabeira, é o mais populoso de João Pessoa. Caso fosse um município do estado da Paraíba, o bairro de Mangabeira seria o 6º em número de habitantes e perderia apenas para João Pessoa (723.515 habitantes), Campina Grande (385.213), Santa Rita (120.310), Patos (100.674) e Bayeux (99.716). De acordo com o Censo 2010 do IBGE, 94,40% da população do bairro é alfabetizada colocando Mangabeira em 26ª posição no ranking de escolaridade da Paraíba. A renda per capita do bairro é de R\$ 846,84, a 36ª maior renda de João Pessoa. Uma parte da população, 10,31%, é composta por pessoas com idades que variam entre 25 e 29 anos, o que corresponde a 7.835 habitantes. A menor parte, 0,01%, é composta por 6 pessoas que estão com 100 anos ou mais. As mulheres são maioria no bairro e somam 40.144 moradores, já os homens somam 35.844 habitantes (IBGE, 2011).

Mangabeira primeiramente foi projetada para ser inaugurada após a conclusão da estrutura mínima que um bairro precisa. Saneamento básico, ruas pavimentadas, água encanada, iluminação pública, entre outros itens. O problema da moradia explodia em todo Brasil, sendo este um dos motivos para a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH), logo após o golpe em 1964. A capital da Paraíba convivía diariamente com dezenas de milhares de pessoas sem casa própria, muitos vivendo amontoados em barracos nas favelas, como foi

originalmente o bairro do Grotão³³⁰, conjunto habitacional construído para extinguir a favela de mesmo nome. Os terrenos públicos eram ilegalmente invadidos para a construção de pequenas casas.

Elaborado por uma equipe chefiada pelo arquiteto Hugo José de Freitas Peregrino³³¹, entre 1982 e 1984, o projeto Mangabeira era então o maior projeto já construído pelo BNH em parceria com o governo do Estado através da CEHAP. Possuindo um traçado diferenciado dos demais conjuntos habitacionais de João Pessoa, contendo mais de doze tipos diferentes de unidades habitacionais.

Com as casas construídas a cerca de um ano, mas toda essa estrutura mínima mencionada anteriormente, a população não quis saber de esperar a boa vontade dos governantes e invadiram as casas. Não é possível afirmar precisamente a quantidade de casas invadidas, mas, a Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP), com medo de invasões, entrega as chaves antes do tempo previsto, mesmo o bairro estando sem alguma estrutura mínima. Percebe-se aqui desde já, um exemplo da força dos moradores ao unirem-se em prol do mesmo objetivo.

O relato feito por José Rodrigues, beneficiado com uma casa em 1983, nos ajuda a entender a realidade do bairro naquele momento em que já havia invasões e acarretou a antecipação da entrega das chaves:

“Parecia que tínhamos saído da escravidão para a liberdade. Todos, esperançosos, num misto de alegria e saudade. Alegria por estarmos vislumbrando um novo horizonte, e saudade dos amigos e parentes que tínhamos deixado. Experimentávamos euforia e preocupação na adaptação da nova residência, onde havia problemas na instalação hidráulica ou elétrica, e na arrumação dos móveis que as vezes não cabiam bem nos cômodos. Era tanta coisa ao mesmo tempo... Mas estávamos felizes como uma criança que ganha um brinquedo novo. Sabemos que a felicidade nunca é completa, mas estávamos na expectativa de melhores dias, contando com a ajuda de Deus. Depois de deixarmos a casa mais ou menos em ordem, fomos cuidar do quintal. Era um mato enorme com carrapateira, mamona, capim de roça, capim gordura, vassoura de botão e tantas outras variedades que, apesar da inconveniência, era até ecológico aquele permeio de arbustos e ervas. (...) Mesmo assim procuramos fazer melhor, substituindo as plantas nativas por umas que tivessem mais serventia como coqueiros, cajueiros, jambeiros, flores e plantas medicinais.” (2006, Pág. 25).

³³⁰ Para mais informações sobre os projetos financiados pelo BNH em João Pessoa: LEAL, Anny Karinny Lima. Permanências e inovações: o projeto do Conjunto Mangabeira. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, João Pessoa, 2012.

³³¹ Hugo José de Freitas Peregrino formou-se em arquitetura e urbanismo, pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ, em 1973, e em 1977, foi admitido na CEHAP.

A falta de competência dos órgãos municipais e estaduais para entregar em tempo hábil os conjuntos habitacionais, justificando seus atrasos sempre repassando a responsabilidade para o governo federal, e principalmente para o BNH, acarretou a revolta – ou desespero – da população que expressou este(s) sentimento(s) através das invasões das casas já construídas. Até o presente momento não consegui entrar em contato com algum morador que tenha invadido alguma das casas, para poder entrevista-lo sobre o tema. É possível que ainda aja um receio de revelar-se como um invasor destas casas, devido a constante e incisiva campanha difamatória existente na mídia da época, e até os dias atuais, seja retratando mobilizações feitas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) ou do Movimento dos Sem Terra (MST), entre outras organizações sociais que reivindicam direitos garantidos pela Constituição Federal, como o direito a moradia digna.

Figura 1: Temendo invasões, a CEHAP entrega casas.



Fonte: Jornal Correio da Paraíba, edição do dia 06/04/1983, acervo da Fundação Casa de José Américo.

Figura 2: População invade as casas construídas.



Fonte: Acervo Jornal Mangabeira Cracem. Fotógrafo desconhecido

Mangabeira configurava um espaço de inúmeras modalidades de encontros e circulação de pessoas, das quais, com ou sem exageros de uma narrativa que trata a memória de espaços e pessoas numa perspectiva compartilhada – as igrejas, as reuniões nas casas dos outros moradores, as tendas de vendas, os bares de chão de barro, os forrós em “casas de evento” improvisadas, os cabarés, as histórias desses lugares, enfim, tudo aquilo que trate da vida de homens e mulheres que estão em busca de trabalho, diversão e uma vida social em um bairro que acabara de nascer.

Em sua narrativa coloquial, Rodrigues descreve o desenvolvimento de grupos de amizade entre os moradores. Aos poucos as pessoas iam se conhecendo e as afinidades formaram círculos de amizades com encontros mais frequentes. O autor enfatiza a união das pessoas religiosas para encontrar um terreno propício para a construção da primeira igreja católica do bairro, bem como para realizar reuniões de estudos bíblicos e reflexivos nas casas uns dos outros. O grupo do qual faz parte a maioria dos integrantes do Grupo História Viva de Mangabeira, José Rodrigues incluso. Como é salientado posteriormente pelo autor, provavelmente outras pessoas tenham uma visão diferente dos acontecimentos dos primeiros anos do bairro, pois como afirma Samuel (1990) as pessoas podem morar na mesma rua, mas viver em universos completamente diferentes, nos quais essa diferença se dá, na maioria dos casos, por questões de profissão. Uma empregada doméstica que 4 km pra chegar ao trabalho, vive uma vida completamente diferente de um operário de uma fábrica têxtil sindicalizado com aspirações políticas, por exemplo. Portanto a idéia de comunidade pode ser ilusória.

O fato de ter sido escrito por um grupo ligado as comunidades religiosas, majoritariamente de fé Católica, faz perder um pouco da diversidade de olhares existente em um bairro tão populoso, apesar da relativamente grande quantidade de autores (21 ao todo), abordando suas memórias das oito divisões de Mangabeira. Não existe uma menção sequer a algum terreiro de umbanda, por exemplo, apenas à Federação de Cultos Africanos, localizada na avenida principal do bairro, a Josefa Taveira. Em pequenas reminiscências podemos descortinar posições não deixadas claramente pelo autor.

Nota-se no texto a ausência de uma demarcação temporal precisa, algo compreensível em um livro feito de forma coletiva, pois a memória também é formada por esquecimento, por lapsos, lacunas temporais. Pode-se imaginar as reuniões feitas para rememoração dos fatos, aonde, provavelmente em diversas situações, preferiu-se ocultar informações sobre datas, nomes, etc., e isso ocorre em boa parte do livro, uma

não-linearidade das narrativas dos mais de vinte autores que contribuíram com seus relatos e memórias.

Passado este primeiro momento de calma, de convites para visitas regadas a muito café, cigarros, bolo de milho, tapiocas e todo tipo de comida diariamente consumida pelo trabalhador paraibano, acontece o fato que culmina no primeiro pesadelo e o estopim para a união destes moradores que tinham recentemente sido apresentados uns aos outros pelo destino de serem sorteados com uma casa de mangabeira: as altas prestações das casas.

DO DESESPERO NASCE A ESPERANÇA: A PRIMEIRA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES

A narrativa construída pelo autor, de maneira simples e direta, vai elencando os acontecimentos que, na sua perspectiva, devem ser registrados, e rememorados, fortalecendo a resistência contra o esquecimento, objetivando realizar uma reflexão através das trajetórias de vida dos moradores. As cobranças abusivas recebidas “como um pesadelo” pela população de mangabeira, conseguiram instigar a união entre eles, para juntos tomarem providências, através de uma Associação, esquecendo inclusive as diferenças ideológicas, pois no final eram todos moradores de mangabeira. O autor descreve:

“Em setembro de 1983, deu-se a sua fundação de direito e de fato e, com bastante empenho, começou a trabalhar, através de seu presidente Valter Dantas, com o apoio dos demais membros da diretoria e dos mutuários, que logo se fizeram associados. Não se pode dizer que sua primeira gestão não tenha sido eficaz, pois foi através da mesma que mais de 1000 mutuários encaminharam ações a justiça, ações que, bem mais tarde, em 1988, foram vitoriosas.” (Pág. 31).

Em um contexto de reabertura política no Brasil, após um sangrento regime Civil-Militar que perdurou por 21 anos, e com isso a fundação de organizações políticas como o Partido dos Trabalhadores e do PMDB, ambos fundados em 1980. O associativismo cresceu de forma explosiva – existem hoje em dia cerca de 32 Associações no bairro de Mangabeira – durante este período de grandes construções de conjuntos habitacionais, o que tornou-se objeto de interesse dos partidos que queriam angariar mais filiações para suas determinadas legendas, assim como atender os interesses dos dirigentes de situação, inviabilizando uma gestão que tenha uma postura combativa e crítica as políticas que não beneficiem a maioria da população, como

repetidamente os autores dos artigos gostam de enfatizar. Esta definição do outro como um mero “pelego” (termo pejorativo utilizado pelos sindicalistas para indicar um sindicalizado que luta a favor do patrão) ou de “comunista” nos indicam as maneiras pelas quais os moradores tentaram fazer-se ouvir, e em um primeiro momento conseguiram uma conquista histórica, em uma mobilização que até os dias atuais gera orgulho de ser contada pelos moradores que participaram dela – em todas as oportunidades que tive de conversar com os moradores, isso era claramente destacado pelos mesmos.

Como afirma Melo (2015) quando consideramos a ação e a experiência dos agentes históricos no labirinto das relações sociais, as possibilidades de pesquisa em história são ampliadas, proporcionam um alargamento e ao mesmo tempo um rompimento nos limites do conhecimento histórico que estão postos a nossa disposição. A história local, bem como a história de bairros como Mangabeira, podem nos proporcionar a possibilidade de resgatar atores sociais silenciados e omitidos da história geral tida como oficial, apresentando uma alternativa de construção do conhecimento histórico, contribuindo para o suporte da identidade social, gerando assim consciência de classe, ação e transformação, assim como fizeram os primeiros moradores de Mangabeira.

A DERROTA E A SABOTAGEM

Desviando um pouco da temática a respeito do bairro, Rodrigues passa a inventariar situações diversas, aonde várias delas aconteceram com seus familiares e com o próprio. A descrição acurada do roteiro de uma eleição e pós-eleição em qualquer organização política, sejam em Associações, Sindicatos, Diretório Central de Estudantes de Universidade Federal, Centros Acadêmicos, Prefeituras, entre outras, justificando a indicação de alguns nomes, (em alguns momentos fazendo uso do nome completo, em outros apenas o primeiro nome, ou até mesmo apelidos – sem atentar para o leitor(a) que não é “natural” de Mangabeira -), intencionando dar ares de veracidade aos fatos narrados, como o autor afirma, para “dar mais valor”.

Enveredar pelo mundo das disputas políticas não é simples. Em contextos de forte repressão, um governo ainda predominantemente militar, ainda que em frangalhos, é ainda mais complexo. A dedicação necessária para se produzir um trabalho bem feito, uma gestão organizada, com as prestações de conta em dia, planejar e executar

campanhas de conscientização da importância da organização política, entre outras inúmeras atividades que uma gestão eleita deve executar, isto tudo sendo realizado fora do horário de trabalho, faz com que envolva todas as instâncias da vida. O autor nos descreve uma série de situações vexatórias engendradas pela chapa derrotada na disputa pela eleição da segunda gestão da Associação dos Moradores. Intimações judiciais, prisões ilegais, delegados arbitrários que determinavam buscas sem mandados judiciais, entre outros acontecimentos, nos demonstram a complexa teia de aranha que envolve ser um sujeito político, aspirante a modificador da realidade em que vive.

Este período de sabotagem realizado pela chapa perdedora está, segundo o autor, diretamente ligado ao esvaziamento da Associação e a desanimação dos companheiros integrantes, que aos poucos foram deixando de participar, com isso a Associação passou apenas a “existir” de forma apenas decorativa da mesma forma que as dezenas de outras Associações comunitárias existentes em Mangabeira, as quais em sua maioria estão focadas no oferecimento de cursos profissionalizantes para a juventude do bairro.

O autor enfatiza – e aqui aparenta estar diante de seus antigos desafetos políticos - que o que está contido no livro não é uma verdade absoluta, que a sua intenção, como participante daqueles acontecimentos narrados, é registrar suas memórias, intencionando demonstrar, a partir da descrição dos episódios que não agradam quando rememorados, os motivos pelos quais muitas vezes a população não se interessa em participar de movimentações como estas, além de todo o esforço necessário, como descrito anteriormente, os inúmeros conflitos e problemáticas associadas a construção de uma iniciativa coletiva, popular e em um bairro de periferia recentemente criado.

Após o esfacelamento da diretoria da primeira Associação, formou-se uma comissão provisória, assumindo a diretoria durante anos, período no qual a entidade apenas serviu de suporte para a sustentação de um esquema político, ligado ao governo estadual, para executar a distribuição do ticket leite, e atuando como intermediária entre a CEHAP e os moradores do bairro, em relação ao processo de negociação para solucionar o problema das prestações abusivas cobradas pelas casas populares.

Nos capítulos seguintes do livro, os moradores/autores descrevem o desenvolvimento das outras oito etapas do projeto Mangabeira, seguindo a característica dos artigos analisados neste trabalho, relatam suas experiências pessoais e as lutas em prol da moradia digna. Em poucas páginas escritas sobre um curto período de tempo, descortina-se todo um universo existente em apenas um dos bairros da capital paraibana. É um recorte da história de um grupo de moradores de um dos maiores

bairros da Paraíba, e já se demonstra uma fonte riquíssima para pesquisas que podem ser desenvolvidas nas escolas do próprio bairro, bem como nas universidades. Se faz necessário falar de gente. Urge conhecer nossa gente. A história do Brasil está nos becos e vielas das favelas e invasões de Mangabeira, como em qualquer outro bairro periférico deste estado. O livro que é fruto de uma união coletiva memorialística fez sua parte da maneira que puderam, como o sábio professor que ensina a partir do exemplo de suas atitudes, alertando para nós historiadores a mina de ouro que se encontra bem ao lado de nossas casas, próximo de nossas universidades e escolas, nosso povo, nossa gente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise do livro, pudemos refletir sobre as condições de vida que os primeiros moradores do Conjunto Habitacional Tarcísio de Miranda Burity, popularmente conhecido como Mangabeira, vivenciaram. Em um contexto de rápido crescimento populacional, a cidade de João Pessoa se viu diante da formação de um bairro com proporções de uma cidade, mas construído e entregue de forma desigual, com déficit de estrutura básica como pavimentação, iluminação e água encanada, demonstrando a turbulência política e econômica por qual o País passava. Retomando a caminhada dos moradores, podemos perceber a complexidade das movimentações políticas locais, estaduais, regionais e nacionais, refletidas nos acontecimentos relatados no decorrer do artigo.

Foi possível refletir sobre a importância da História local demonstrando, através das memórias de alguns de seus primeiros moradores, o protagonismo dos mesmos ao organizarem-se para a conquista de direitos básicos de cidadania, para a melhoria de suas condições de vida em um contexto de reabertura política, em fins da Ditadura Civil-Militar, bem como contradições e disputas internas existentes nas organizações representativas como sindicatos e Associações.

As memórias e as Histórias dos moradores de Mangabeira são muito ricas e precisam ser estudadas de forma aprofundada, a luta pela moradia e pela vida digna tem uma longa e complexa trajetória que reescreve a história de nosso país, a partir da ótica dos que sempre foram omitidos, ocultados e apagados pelos historiadores ditos oficiais.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Salismar. *Mangabeira: Uma história viva!* João Pessoa: Editora Gráfica Mangabeira, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010.** Brasília: IBGE, 2011

LEAL, Anny Karinny Lima. **Permanências e inovações: o projeto do Conjunto Mangabeira.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa. **História local: contribuições para pensar, fazer e ensinar.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

SAMUEL, Raphael. "História Local e História Oral" in: **Revista Brasileira de História.** História em Quadro-Negro: escola, ensino e aprendizagem. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1990, p. 220.